

16 DE NOVEMBRO DE 2022
134ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL, GIL DINIZ e CONTE LOPES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
 1 - JANAINA PASCHOAL Assume a Presidência e abre a sessão.
 2 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
 3 - LECI BRANDÃO Por inscrição, faz pronunciamento.
 4 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL Endossa o pronunciamento da deputada Leci Brandão. Lamenta a morte da ex-jogadora de vôlei Isabel Salgado.
 5 - MARINA HELOU Por inscrição, faz pronunciamento.
 6 - MAJOR MECCA Por inscrição, faz pronunciamento.
 7 - CAIO FRANÇA Por inscrição, faz pronunciamento.
 8 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL Endossa o pronunciamento do deputado Caio França.
 9 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
 10 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.
 11 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.
 12 - BARROS MUNHOZ Por inscrição, faz pronunciamento.
 GRANDE EXPEDIENTE
 13 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL Endossa o pronunciamento do deputado Barros Munhoz. Anuncia a visita de estudantes de direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, presentes nas galerias.
 14 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.
 15 - GIL DINIZ Assume a Presidência.
 16 - CONTE LOPES Assume a Presidência.
 17 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.
 18 - GIL DINIZ Assume a Presidência.
 19 - CONTE LOPES Pelo art. 82, faz pronunciamento.
 20 - CONTE LOPES Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
 21 - PRESIDENTE GIL DINIZ Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 17/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
 * * *
 - Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
 * * *
 - Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
 A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.
 Dando imediatamente por aberto o Pequeno Expediente, inicio a leitura dos oradores inscritos, chamando à tribuna o deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)
 Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.
 O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, quero manifestar o meu total repúdio à aprovação, em primeira votação, em primeiro turno, do Projeto de lei nº 362, de 2022, da Câmara Municipal de São Paulo.
 É um projeto do prefeito Ricardo Nunes, que vai aumentar a poluição sonora na cidade de São Paulo. Ele apresentou esse projeto para beneficiar grandes grupos econômicos, que organizam grandes eventos e shows na cidade de São Paulo. Esses grupos praticamente serão beneficiados por esse Projeto 362.
 Na verdade, o projeto nem versava sobre esse tema. Versava sobre as cozinhas que foram, sobretudo, implantadas durante a pandemia, de venda de alimentação por entregadores, as famosas "dark kitchens". Então o projeto versava e versa sobre esse tema.
 Mas colocaram um jabuti. Na calada da noite foi apresentado um artigo, o Artigo 13, que na verdade está embutido nesse projeto, e que aumenta o limite dos decibéis, de 55 para 85, em toda a cidade de São Paulo.
 Se a nossa cidade já tem um grave problema com poluição sonora, com barulho, tem a "Lei do PSIU", que não é respeitada, é barulho para tudo quanto é lado. Não tem fiscalização adequada. Não tem punição para os infratores. É um horror, a cidade de São Paulo.
 Como se não bastasse isso, ao invés da prefeitura se preocupar em resolver a questão da poluição sonora, ela vai agravar ainda mais, para beneficiar grandes grupos econômicos. Olha só a gravidade da situação!
 Infelizmente, a Câmara Municipal, que é o puxadinho do gabinete do prefeito, Ricardo Nunes, aprovou em primeira votação. Falta a segunda. Espero que o projeto agora seja rejeitado.
 É importante que a população cobre dos vereadores. O vereador que votar a favor desse projeto estará votando contra a Saúde pública. Estará votando para aumentar o barulho na cidade de São Paulo.
 É um verdadeiro escárnio, esse projeto, contra o povo de São Paulo, contra os 12 milhões de habitantes da nossa cidade, cidade de São Paulo, daqui da Capital. Se isso vira moda, isso se espalha para todo o estado de São Paulo, e para o Brasil.
 Então manifesto o nosso repúdio e a nossa contrariedade. E dizer que nós vamos fazer todos os esforços para que esse projeto não seja aprovado, PL 362. É um projeto contra a Saúde pública, que aumenta o barulho da cidade de São Paulo.
 Então isso é um aumento significativo. Porque é o aumento de 55 para 85 decibéis. É o equivalente a um secador de cabelo barulhento no ouvido da pessoa. Esse vai ser o limite dentro da casa da pessoa, que é onde se mede o barulho, os decibéis.
 Então é disso que se trata: um projeto contra a cidade de São Paulo, contra a Saúde, contra todo o esforço que nós estamos fazendo para combater a poluição, sobretudo a poluição sonora.
 Quero ainda, Sra. Presidente, aproveitar aqui o meu tempo no Pequeno Expediente para dizer que recentemente nós perdemos a professora Patrícia Souza, da Escola Estadual Ermano Marchetti. E ela morreu por negligência do Estado. O Estado é o responsável pela morte da nossa colega professora da rede

estadual, que estava internada no Hospital do Servidor Público Estadual, no lamspe, para fazer uma cirurgia.

A cirurgia não aconteceu. Ela foi liberada sem ter condições de ser liberada e morreu no Departamento de Perícias Médicas, porque ela precisava tirar uma licença, tinha que passar por uma perícia. Sendo que ela já estava hospitalizada. Tinha saído de uma internação.

Isso mostra o descaso do Estado com a saúde dos servidores e das servidoras do nosso Estado. E é grave isso. Nós estamos acionando o Ministério Público, tomando várias iniciativas aqui; o CPP denunciou, várias entidades. A CCM, do lamspe, enfim.

Mas eu queria dizer o seguinte: essa situação tende a se agravar ainda mais. No Orçamento que nós estamos debatendo agora, aqui na Assembleia Legislativa, eu fiquei chocado, deputada Leci Brandão, porque olha: o Estado vai investir apenas, do valor geral desse orçamento do lamspe, que é de um bilhão e novecentos e 74 milhões de reais... É o dinheiro da contribuição dos servidores, aqueles 2% ou 3% - esse é o valor.

Desse valor, apenas três milhões serão destinados pelo Estado. Ou seja, apenas 0,16% desse valor. Ai não dá; o Estado lavou definitivamente as mãos com a saúde dos professores, das professoras, de todos os servidores do estado de São Paulo. Abandonou o lamspe. Logicamente, eu apresentei várias emendas para aumentar esse orçamento do lamspe.

Mas olha, isso aqui é um crime, é um atentado à dignidade humana, à saúde dos servidores e servidoras do estado de São Paulo, que estão lá na ponta, atendendo à população e colocando em prática as políticas públicas do estado de São Paulo, sobretudo nas áreas sociais: Educação, Assistência, em todas as áreas, Saúde Pública, Segurança Pública, Justiça.

É isso que o Estado oferece: 0,16% - três milhões apenas. Enquanto quem sustenta o Hospital do Servidor Público - o lamspe todo, não só o hospital, mas os convênios no interior paulista, na Grande São Paulo, na Baixada Santista, aqui na capital - são os próprios servidores.

E o Estado não contribui com a sua quota-parte, que seria de 2% e 3 por cento. Um absurdo o que está acontecendo. E também não permite que haja uma gestão democrática do hospital. Existe uma comissão, que é a CCM, mas ela não é deliberativa, é apenas consultiva.

Então, é importante que nessa oportunidade, em que nós estamos debatendo o Orçamento e em que vamos votar um Orçamento de 317 bilhões de reais para o ano que vem, nós possamos aprovar todas as emendas que foram apresentadas para que o lamspe tenha um financiamento sério e, de verdade, do governo estadual.

Muito obrigado, Sra. Presidente.
 A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Sigo aqui com a lista dos oradores inscritos. A próxima, Janaina Paschoal. Sigo na Presidência, não farei uso da palavra hoje. Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.)

Encerrada a Lista Principal, abro a Lista Suplementar de oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamando à tribuna o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Leci Brandão.

Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.
 A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Exma. Sra. Presidente deputada Janaina, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV Alesp. Deus proteja, abençoe e ilumine a todas as pessoas.

Acho que todo mundo que conhece a gente, que nos acompanha aqui na Alesp, sabe o quanto, na nossa carreira de vida, que é a carreira artística, a gente se pronunciou em relação à questão do racismo, uma coisa que sempre existiu no nosso País. Eu não posso me calar e nunca vou me calar com essa situação, que é a situação que envergonha a gente, que nos deixa muito tristes.

Infelizmente eu quero expressar a indignação e revolta pelo que eu tenho visto nos últimos dias. É um caso atrás do outro, todo dia a gente vê no noticiário da imprensa, enfim, pelas redes sociais também. O racismo sempre existiu no nosso País, mas o que está acontecendo agora é que a tecnologia está ajudando a mostrar, a dar visibilidade a essa coisa horrósa, essa coisa sofrível que é a questão racista.

Nosso país é miscigenado, nosso povo é um povo que gosta de alegria, gosta de aproximação, de trocar uma ideia, de fazer um diálogo, tudo isso, mas, não sei por que, ultimamente esse crime está sendo contínuo. Todo dia a gente vê uma notícia de racismo, principalmente contra as mulheres. As mulheres pretas, então, estão sendo massacradas de uma forma covarde.

Eu fico muito triste, emocionada quando tenho que falar sobre essas coisas. Eu quero saber até quando a gente vai ter que continuar assistindo a esses crimes, entendeu? São crimes praticados, provados, e nada está sendo feito.

Eu quero citar dois casos recentes que ganharam as redes sociais nos últimos dias: uma mulher negra, que foi acusada de roubo dentro de uma loja, e uma técnica de enfermagem que denunciou uma colega de trabalho por usar uma caneca com um símbolo que faz referência ao grupo supremacista branco americano Ku Klux Klan.

No caso da loja, a funcionária racista foi demitida, mas isso não basta. O que essa pessoa cometeu é crime, e a loja também é responsável, portanto, ambas devem ser punidas por esse crime.

No caso do hospital, o crime cometido pela funcionária teve a conivência da ouvidoria do hospital, que considerou o ocorrido como liberdade de expressão. Vejam a que ponto a gente chegou.

Enquanto não houver uma punição - e punição exemplar - para esses crimes, esse estado de coisas absurdas vai continuar acontecendo, e isso nós não podemos admitir. A gente está aqui em uma Casa Legislativa. Eu sou, com muita honra, uma deputada estadual.

Embora não tenha nascido em São Paulo, o estado de São Paulo fez com que a gente permanecesse nesta Casa com o voto democrático. Estou me colocando, me posicionando porque, se a gente não tomar uma atitude enquanto cidadão, se os cidadãos brasileiros não tomarem uma atitude, essa coisa tende a crescer e a piorar.

Nós somos todos seres humanos, todos filhos de Deus. Independente da religião, eu acho que todo mundo tem que ser respeitado enquanto cidadão. A gente tem que saber qual foi a nossa missão aqui dentro: ter feito um projeto de lei que virou lei, que qualquer tipo de atitude racista dentro da forma administrativa, no campo administrativo, a pessoa será punida. Isso agora é lei, e essa lei é nossa.

Então, Sra. Presidente, eu quero aqui registrar, manifestar a minha indignação, porque eu não estou suportando mais. Todos os dias a gente sabe de uma notícia de que alguém ofendeu alguém por causa da cor da pele. Isso é inadmissível no nosso País. O Brasil é do povo, e o povo tem que ser respeitado.
 Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Assiste razão a V. Exa., deputada. Realmente é admissível, nos entristece, porque todos nós imaginamos que é um capítulo de um passado distante, e realmente as notícias nos mostram que não. Então nós temos que enfrentar, temos que educar as crianças, temos que mostrar a todos que o País é plural, é colorido, graças a Deus.

Então cumprimento V. Exa. pelas palavras e aproveito o ensejo para externar os pésames da Casa pela passagem da jogadora de vôlei Isabel Salgado, que partiu no dia de hoje, muito jovem, com 62 anos.

Um ícone do esporte, e, na condição de mulher, mãe, mostrou a possibilidade de conciliar a carreira no esporte

profissional com a maternidade. Então, que seja bem recebida na pátria espiritual. Os nossos sentimentos a todos os amigos e familiares.

Eu sigo aqui com a lista dos oradores inscritos de maneira suplementar, no Pequeno Expediente, chamando à tribuna a nobre deputada Marina Helou, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Obrigada, presidente, pelo uso da palavra. Sigo complementando e retificando a sua importante fala, do pesar desta Casa pela passagem da Isabel do vôlei, que, realmente, foi uma figura muito importante dentro do esporte brasileiro, dentro da maternidade, dentro do espaço que, sim, é possível a gente ser mãe, mulher, e ocupar os espaços.

Ela seguia ocupando espaços muito importantes. Estava na equipe de transição para o novo governo do presidente Lula, dentro da perspectiva de esportes. Continuava contribuindo para o país, e é uma passagem, de fato, muito triste.

Retifico aqui o pesar e os sentimentos a todos familiares e amigos, assim como digo que foram muito importantes, como sempre, as palavras da deputada Leci Brandão, aqui em cima deste plenário.

É importantíssimo que nesta tribuna, nesta Casa, e em todos os pontos e espaços políticos do país a gente fale e pontue, cada vez mais, o quanto o racismo é inaceitável, o quanto que a gente precisa trabalhar ativamente, para construir uma sociedade antirracista, reconhecendo o quanto ainda estamos muito longe disso, e, realmente, falando, pontuando, e criticando todos os episódios.

Mas, mais do que isso, falando como a senhora disse em suas palavras, presidente, na Educação das crianças, falando da estrutura de poder do país, falando de, realmente, ações afirmativas que transformem essa realidade.

Eu subo nesta tribuna hoje aqui também para falar um pouco de duas grandes pautas que me movem na política. A política é um espaço em que a gente constrói o futuro nas nossas ações diárias, e, para mim, isso passa por falar das nossas crianças, isso passa por falar do nosso Meio Ambiente e sustentabilidade, e hoje a gente está no dia 16 de novembro, o dia em que a gente fala da conscientização sobre a qualidade do ar.

Mais pessoas morrem no estado de São Paulo pela poluição do ar do que por acidentes de carros, para a gente ter noção do impacto que isso tem na vida das pessoas. O ar que a gente respira tem diretamente uma relação com a nossa Saúde. Entender que hoje é um dia fundamental para falarmos sobre isso é ampliar a nossa consciência sobre a qualidade do ar que a gente respira.

Hoje é um dia internacional importantíssimo nessa luta. É uma luta que a gente trouxe para dentro do mandato. Eu sou autora do projeto de lei que discute a qualidade do ar no estado de São Paulo.

A gente já tem as condições de ampliarmos os indicadores, para que a gente esteja mais avançado na qualidade do ar que a gente respira. E a gente segue com decisões e métricas muito aquém do mínimo colocado pela Organização Mundial da Saúde, com impacto direto nas nossas vidas.

E quem mais sofre com isso são as crianças. Vários estudos importantes foram lançados nos últimos dias sobre o impacto das mudanças climáticas e o impacto das decisões do Meio Ambiente na vida das crianças.

E um desses estudos foi a qualidade do ar e o quanto que a qualidade do ar tem um impacto direto nas crianças pequenas, que têm uma frequência respiratória muito maior do que a nossa, e um impacto muito maior na sua composição e na sua definição enquanto corporal, a partir da qualidade do ar que a gente respira.

Ou seja, a poluição mata, e mata as nossas crianças pequenas, e a gente precisa realmente atuar sobre isso. E hoje é um dia fundamental nessa conscientização, assim como o dia de amanhã, 17 de novembro, é um dia que fala diretamente com a primeira infância, diretamente com a maternidade, porque é o Dia do Prematuro, é o Dia da Prematuridade.

Eu, como mãe, passei por isso. Meu filho nasceu de forma prematura, ficou internado na UTI. Eu tive essa experiência, e o quanto ela é sofrida, mas ela é muito mais grave quando a gente olha, porque a questão da prematuridade no Brasil é prevenível. A gente tem casos que não são preveníveis, mas a maioria dos casos precisam de um pré-natal de boa qualidade.

Poderiam ser prevenidos se a gente tivesse uma maternidade, um pré-natal e uma atenção às mulheres grávidas de muito mais qualidade do que a gente tem hoje. A gente não prioriza a maternidade, a gente não prioriza as mulheres grávidas, a gente não tem políticas de saúde endereçadas a esse público como a gente precisaria ter.

Por isso a gente sofre com um alto número de prematuridades que, não só trazem um custo maior para o estado, mas muito mais sofrimento para essas mães e para essas crianças.

Que amanhã, 17 de novembro, Dia da Prematuridade, também seja uma pausa para que a gente possa se conscientizar da importância desse tema e aumentar e ampliar os nossos esforços por um melhor atendimento de pré-natal, pela melhoria das nossas maternidades e pela saúde da mulher, não só com falas bonitas, não só com "Outubro Rosa", mas com orçamento, direcionamento e projetos sérios para essa área.

Que as mulheres, que as mães, que as crianças, e que o meio ambiente, compoñham o nosso futuro. Não há dúvida que resta agora a gente priorizar as nossas políticas públicas.

Obrigada, Presidente.
 A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sra. Deputada.

Seguindo a lista de oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Major Mecca. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que estão aqui no plenário, todos que nos acompanham pela TV Alesp e pelas redes sociais.

Eu tenho um enorme orgulho em ser policial militar, em ser policial, pois a minha formação me deu capacidade, discernimento de nunca, em momento algum, quando indagado, quando solicitado por alguém do povo, responder à pessoa: "Perdeu, mané. Não me amola".

Isso é um sintoma gravíssimo e muito sério do que ocorre no nosso País, do que ocorre também aqui no estado de São Paulo. As autoridades que têm como missão cuidar do povo esqueceram-se dessas pessoas.

Esqueceram-se daqueles que precisam das decisões honestas e sérias para que elas possam trabalhar com dignidade, para que elas possam usufruir da sua vida em família, com os amigos, com qualidade, ou seja, com segurança.

Perdeu-se neste País, perdeu-se no estado de São Paulo a segurança. E, nos últimos três anos e meio, deputado Caio França, que estávamos conversando sobre isso agora no plenário, nós perdemos a nossa liberdade.

O cidadão de bem, hoje, fica dentro da sua casa encarcerado porque na porta da casa dele o crime organizado promove um evento que dura 24, 48 horas e ele não pode sair de dentro da casa dele.

E, quando ele faz o 190, que ele pede a atuação da polícia para desobstrução da frente da casa dele, que ele pede a ação do Estado para socorrê-lo, o Estado vira as costas para ele.

E eu falo isso porque eu conheço por constatação. Ao longo desses três anos e meio eu cobrei da Secretaria de Segurança Pública iniciativas e atitudes para socorrer esses cidadãos que são submetidos à força do crime organizado.

Nós tivemos o nosso governador eleito, que foi até a comunidade de Paraisópolis e, lá, foi recebido com rajadas de fuzil, de metralhadora. E o que o povo está cansado é dessa mesma política.

Eu comentei com o nosso futuro governador: "Agora o senhor está sentindo na pele o que sente um policial no estado de São Paulo. O policial vai defender a sociedade, vai socorrer o povo, é recebido a tiros e o Governo do Estado de São Paulo, as autoridades, vem para cima do policial, como está indo para cima do senhor".

"Não, o seu assessor agiu errado, seu assessor mandou apagar a imagem, mandou fazer aquilo". Mas e quem está tomando tiro, quem está sendo agredido? Que tipo de apoio e amparo ele recebe?

Deputado Conte Lopes, o povo está cansado de ser tratado como mané. O povo está cansado disso e as autoridades precisam acordar para isso. A polícia não pode agir em cima do crime. Ai querem cobrança em cima da polícia.

Essas mesmas autoridades querem a cobrança em cima da polícia para que a polícia aja com energia para dissolver uma manifestação, mesmo que prevista na Constituição. Essas autoridades precisam acordar.

Nós, parlamentares, precisamos acordar em relação à nossa missão, em relação ao nosso dever de representar o povo brasileiro. Isso é muito importante. Nós teremos um 2023 extremamente intenso e nós continuamos aqui, no próximo mandato, defendendo o povo que foi cerceado da sua liberdade, que foi cerceado da sua segurança.

Que Deus nos ilumine para que consigamos melhorar o nosso país e melhorar o nosso estado de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo com a lista de oradores inscritos de forma suplementar, chamo à tribuna o nobre deputado Caio França. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhoras e senhores, presidente, subo à tribuna desta Casa muito preocupado com o que tem acontecido na Baixada Santista, especificamente em São Vicente, com relação à violência.

Tivemos nos últimos dias vários arrastões nas praias, tivemos roubo à mão armada dentro de shopping center, inclusive com disparo em uma das vendedoras. Ontem à noite, arrastão dentro do hipermercado. Outra cidade da Baixada na mesma condição.

Então, a gente está pedindo, clamando que o Governo do Estado possa compreender a atual situação da Baixada Santista, para que a gente não venha se tomar um ambiente ainda mais hostil. Eu falo especificamente em São Vicente, porque os últimos acontecimentos mais graves aconteceram lá, mas outras cidades têm a mesma percepção.

Nós já oficiamos o Governo do Estado solicitando a antecipação da "Operação Verão", que tem previsão de se iniciar no dia 15 de dezembro. Faltam ainda 30 dias até o dia 15 e a gente tem solicitado que o governo possa, assim como já fez em anos anteriores, antecipar a "Operação Verão".

É claro, há as guardas municipais, o próprio efetivo da polícia, para que não fique só no verão, mas, para este momento, a gente tem aqui e já oficiamos o governo, não só este parlamentar, mas fiz questão de juntar todos os outros deputados que têm base eleitoral na Baixada Santista, que vivem lá, inclusive aqueles que se elegeram e ainda não estão no mandato, assinando junto conosco.

Os próprios prefeitos, através do consórcio de prefeitos, da Agem, do Condesb, também assinaram o documento solicitando a antecipação da "Operação Verão" e também a "Operação Sufoco", replicando o que aconteceu aqui na capital, onde eles fazem uma busca mais ativa dentro daquilo que eles conhecem em relação à criminalidade.

Então eu quero aqui lamentar, porque é claro que eu sou da Baixada e a gente gosta de fazer propaganda positiva, levar bem o nome das cidades, mas o atual momento das cidades da Baixada Santista - e eu falo ainda com mais preocupação em relação a São Vicente - é extremamente preocupante. Então que o governador Rodrigo Garcia, que o secretário de Segurança Pública, que o Comando Geral possa fazer algo para já, imediatamente.

Não dá para esperar virar o ano; não dá para esperar o Réveillon. Eu espero que eles possam ter a sensibilidade de compreender que o momento é extremamente preocupante.

Além disso, se a lógica for a de acompanhar as pessoas - porque a lógica para a Operação Verão é essa, acompanhar as pessoas que vão passar o final de ano na praia - eu posso garantir que nós temos hoje já muito mais pessoas vivendo na Baixada. A condição de muitas pessoas de home office fez com que as pessoas pudessem trabalhar de lá mesmo. Portanto, é um clamor aqui que eu estou fazendo para que o Governo do Estado possa aumentar o efetivo e antecipar a Operação Verão na Baixada Santista.

Estou aqui trabalhando também nas minhas condições. Tem emenda impositiva minha para auxiliar a Guarda Municipal, para comprar armamento, para comprar motocicletas.

Enfim, mas eu sei muito bem o quanto faz diferença a Polícia Militar, a própria Polícia Civil, porque a gente conversa com os delegados até titulares dos municípios e você vai ver e tem um investigador, dois investigadores na cidade. Sabe, uma condição que realmente é extremamente precária.

Portanto, eu peço com muita veemência para que o governador atenda o nosso pedido. Não é um pedido deste parlamentar; é um pedido da população que está subscrito também por todos os outros parlamentares no mandato e que foram eleitos, tanto os estaduais quanto federais: antecipação da Operação Verão já e aumento do efetivo da Polícia Militar e Civil na Baixada Santista.

Obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Eu que agradeço. Cumprimento V. Exa. pela importante pauta. O Guarujá também vem apresentando muitos problemas e realmente é importante olhar pela Baixada não só na época de férias e de festas, mas durante todo o período, porque os moradores da Baixada merecem todo o nosso amor e respeito.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, eu peço que minha fala possa ser encaminhada para o secretário de Segurança Pública, por gentileza, e para a Casa Civil, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não. Já solicito à assessoria que faça os encaminhamentos conforme pleiteado pelo Sr. Deputado Caio França. E seguindo aqui com a Lista Suplementar de oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, eu quero agradecer ao deputado Conte Lopes pela troca aqui dos horários e também divulgar aqui a presença do Fábio Jabá, o presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Prisional, que está aqui nos lembrando sempre de que nós já aprovamos a PEC da Polícia Penal, mas ela tem que ser regulamentada através de uma lei, de um projeto de lei complementar e através de uma lei orgânica.

Então esse é um ponto importante. É importante que o governo apresente esses projetos, tanto o PLC como também o projeto da lei orgânica. E também o Fábio Jabá nos lembrou aqui e nos lembra o tempo todo de que existem ainda pessoas aprovadas nos dois concursos de 2014 AEPV feminino e 2007 de ASP e que essas pessoas não foram chamadas ainda e elas são necessárias no sistema prisional.

Existem vagas e, aliás, muitas vagas. O déficit continua altíssimo ainda no sistema prisional e esses concursos ainda estão em aberto. Então nós exigimos que o governo faça a chamada desses aprovados.

Quero ainda, Sra. Presidente, dizer que agora no dia 18, sexta-feira, nós vamos organizar uma grande audiência pública